

# AVALIAÇÃO DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

HERALDO MARELIM VIANNA\*

O Governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Educação do Estado, resolveu assumir a responsabilidade de, a médio prazo, avaliar o sistema estadual de ensino, no período de 1992-94, a partir do Ciclo Básico de Alfabetização, prosseguindo, depois, com a avaliação de todo o 1º grau e do 2º grau, incluindo nessa avaliação a Habilitação Magistério.

O projeto de avaliação tornou-se possível graças à Constituição do Estado de Minas Gerais, que estabeleceu um dispositivo definindo a necessidade de serem realizadas avaliações periódicas das escolas integrantes do sistema de ensino; por outro lado, houve a determinação do governo de assumir o compromisso político de fazer, efetivamente, essa avaliação. Outros elementos contribuíram, também, para que a avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização se concretizasse no dia 24 de março de 1992, cumprindo destacar o novo tipo de relacionamento entre a Secretaria de Educação, a escola, sua direção e os professores.

As escolas passaram a ter autonomia administrativa e, posteriormente, autonomia financeira. Cada uma das escolas tem o seu orçamento, que é gerido pela Direção juntamente com o Colegiado da Escola. A direção deixou de ser

---

\* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas

familiar e quase hereditária, vivendo um novo momento, que é o da eleição do diretor pela comunidade escolar, inclusive com a participação efetiva dos pais. Foi criado o Colegiado da Escola, ou seja, a escola não é apenas dirigida por uma diretora, mas por essa diretora com a participação de um Colegiado, que aprova as despesas orçamentárias e se posiciona em relação ao desempenho dos professores, entre outras competências.

Criou-se, assim, um clima diferente na escola e no sistema escolar, que possibilitou a elaboração de um projeto bem amplo de avaliação de todo o sistema de ensino. O projeto não se propõe a fazer uma avaliação instantânea de todo o sistema. Sua implantação - iniciada com a avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização - far-se-á, progressivamente, com a participação de todos os professores da rede de ensino, nos próximos dois anos.

A partir de setembro de 1991 começou a ser feito o planejamento da avaliação do 1º grau, com vistas à sua concretização no dia 24 de março de 1992, quando foram aplicados os instrumentos da avaliação em todos os 723 municípios de Minas Gerais, envolvendo 333.115 alunos de 3.279 escolas urbanas e 2.291 escolas rurais, perfazendo, assim, o total de 5.570 escolas.

Houve dois momentos de suma importância no desenvolvimento do projeto. Primeiramente, a publicação, no órgão oficial do Estado, de uma resolução da Secretaria da Educação definindo os objetivos do programa de avaliação para conhecimento de todos os professores da rede de ensino oficial. A participação dos professores foi fundamental no processo de avaliação, que tinha como uma de suas metas levar a escola e os professores a uma auto-avaliação relativamente ao Ciclo Básico de Alfabetização. A fixação do dia 24 de março de 1992, como o "deadline" para a concretização dos trabalhos, fez com que todo um esquema logístico, com o treinamento de milhares de pessoas, fosse repensado e analisado em todos os seus detalhes, para garantia do sucesso do trabalho.

A complexidade da operação, envolvendo a população de egressos do CBA, demandou a participação de 1.837 elementos das DREs, 40.552 diretores e professores de 5.570 escolas e contou, também, com a participação de 7.059 pais e/ou responsáveis pelos alunos, que atuaram como controladores da qualidade da pesquisa, agindo nas várias escolas de forma interativa com os professores. Além desses profissionais da educação, 65 elementos da Secretaria de Educação tiveram uma atuação bastante intensa no delineamento da pesquisa, na elaboração dos instrumentos e na definição de todos os procedimentos para a concretização do processo avaliativo, o que significou, portanto, um envolvimento global de 49.513 pessoas na avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização.

A equipe de avaliação partiu da estaca zero para definir e elaborar manuais necessários para todas as diferentes fases do trabalho de avaliação. A uniformidade dos procedimentos somente foi possível depois de um exaustivo treinamento de todos os interessados, a partir das Delegacias Regionais de En-

46  
16 e responsabilizaram pela difusão das informações em 5.570 escolas e orientaram os professores na elaboração de cada um dos conteúdos básicos, com a avaliação dos resultados discutidos e analisados em sala de aula, com a avaliação dos resultados discutidos e analisados em sala de aula, inclusive com a participação dos pais.

O CBA utilizou provas de Português, com Redação, Matemática e Ciências, com 30 questões cada uma, envolvendo dez pontos importantes dos conteúdos curriculares. Além das questões sobre um programa de conteúdos básicos, os alunos responderam a 10 questões a respeito de seu relacionamento com a escola, com os professores e suas atividades em sala. Algumas questões desse questionário do aluno versaram sobre hábitos de estudo, atividades de lazer e a participação da família nas atividades escolares das crianças. À escola foi apresentado um questionário, a ser respondido pela direção e professores, dando informações sobre o funcionamento da escola, a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização e a ênfase dedicada às diversas partes do currículo. A fim de estabelecer um programa de conteúdos básicos, que possibilitasse a elaboração das provas, foi solicitado às 42 Delegacias Regionais de Ensino de Minas Gerais que as escolas fornecessem os currículos adotados e exemplares de provas aplicadas. Após o mapeamento dos currículos, observou-se uma grande uniformidade entre os vários programas de ensino, ocorrendo o mesmo em relação às provas, tipos de questões e conteúdos exigidos aos alunos.

Após a elaboração das provas surgiu o problema: como estabelecer a sua validade? Terminada a fase inicial de construção e análise das provas por técnicos da Secretaria de Educação, os instrumentos foram submetidos à discussão de professores atuantes na rede de ensino, no Ciclo Básico de Alfabetização, que procederam à validação dos mesmos - validade de conteúdo -, estabelecendo o nível de adequação dos conteúdos aos programas do CBA e determinando o nível de complexidade de cada um dos itens utilizados nos instrumentos.

A aplicação das provas exigiu o treinamento seqüencial de um número elevado de pessoas, partindo-se de um grupo de 126 técnicos das Delegacias Regionais de Ensino até chegar ao treinamento de quase 20.000 professores, responsáveis pela aplicação, correção e elaboração dos relatórios em cada uma das escolas. As redações foram corrigidas em Belo Horizonte, por uma equipe especialmente treinada, com vistas a garantir, na medida do possível, critérios uniformes de correção.

A correção das provas pelos professores responsáveis pela avaliação, com a transcrição dos elementos de informação em folhas ópticas, possibilitará acelerar o processo de computação de resultados, ainda que a correção das 109.592 redações deva durar, em princípio, três meses. Houve problema na parte das informações dos alunos, em alguns casos, por deficiências dos aplicadores, que nem sempre transmitiram orientações precisas, mas foi possível a re-

cuperação das informações, graças a um trabalho suplementar das Delegacias Regionais de Ensino.

Os primeiros dados serão remetidos aos professores no início de agosto. As escolas receberão um conjunto de informações sobre o desempenho dos alunos e poderão compará-las com dados do município, da DRE e os totais do Estado. Os professores serão treinados sobre como usar o material e fazer o relatório da sua própria escola, em colaboração com os pais dos alunos. A elaboração do relatório da avaliação pelo professor concorrerá para envolvê-lo ainda mais no processo e possibilitará que disponha de elementos para o seu planejamento escolar. Os relatórios por escola serão sumariados por município e, depois, por DRE. Ao final, a Diretoria de Avaliação, por seus elementos técnicos, fará um relatório global para o Estado. O esquema adotado permitirá atender aos mais diversos interesses, especialmente aos das escolas, para fins de planejamento e reformulação da programação do CBA, aos das Prefeituras Municipais, para conhecimento da atuação da rede estadual nos vários municípios, e às preocupações da Secretaria de Educação, no referente à estruturação dos currículos e aos problemas de recursos humanos qualificados para o exercício do magistério na escola oficial de 1º Grau.